





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº 16/2021 da CCJR sobre o Projeto de Lei nº 12/2021, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME

1. O projeto em epígrafe visa disciplinar, em âmbito municipal, a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB
 2. Na Mensagem consta que a proposta se justifica *“na necessidade de adequação da legislação de regência do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB às novas regras estabelecidas pela Lei Federal nº 14.113, de 2020”*.
 3. Durante a tramitação da matéria foram solicitadas informações ao Poder Executivo, o qual esclareceu que não foi incluída na proposta a participação da Organização da Sociedade Civil pois, de acordo com o art. 34, § 1º, inciso III, da Lei 14.113/2020, tais entidades integrarão os conselhos municipais quando houver e, que em âmbito municipal, existem apenas duas organizações devidamente
- 




CÂMARA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.pariqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br

constituídas, sendo que ambas recebem recursos do Município e, portanto, nos termos do art. 34, §2º, inciso IV, da Lei 14.113/2020, a participação é vedada.

4. Além disso, no tocante à ausência de previsão de indicação de representante dos professores e servidores por entidade sindical, o Poder Executivo justificou que os servidores públicos do Município não dispõem de sindicato que os represente e, por isso, a representação dos referidos profissionais se dará através de eleição entre seus pares.

5. É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

6. Compete a esta Comissão Permanente se pronunciar sobre a **constitucionalidade, juridicidade ou legalidade e técnica legislativa** de projetos de lei submetidos a sua apreciação por força regimental, de acordo com o art. 46, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno.

7. A matéria se insere na competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I, da CF/88.

8. A iniciativa do processo legislativo é de competência do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61, §1º, II, alínea “a”, da CF/88 e do art. 45, I, da Lei Orgânica do Município.

9. No que se refere à técnica legislativa, o projeto contém incorreções, como por exemplo, ausência de preâmbulo, bem como a menção à “secretaria” quando o correto é “departamento”, em conformidade com a estrutura administrativa municipal.

10. Assim, é necessário que, se aprovada, a matéria seja novamente encaminhada a esta Comissão para que as incorreções sejam sanadas na elaboração da redação final.

11. Quanto à **juridicidade**, não há óbice para deliberação da matéria. A criação de Conselho Municipal para acompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) está prevista no art. 212-A da Constituição



CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.pariqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br

Federal de 1988, sendo necessária a regulamentação em âmbito municipal para cumprimento do disposto no referido dispositivo.

12. Por fim, registramos que, para que a presente propositura seja aprovada será necessário o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara (cinco votos), em um único turno de votação, nos termos do disposto no § 2º do art. 48 da Lei Orgânica.

III – CONCLUSÃO


Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é pela constitucionalidade e legalidade da proposta, pelo que somos **FAVORÁVEIS** a sua deliberação pelo plenário da Câmara Municipal.

Por fim, solicitamos que, se aprovada, a matéria retorne a esta Comissão para elaboração da redação final.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2021.


PROFESSOR URIAS
Relator

PELAS CONCLUSÕES:


MILTON TICACA
Presidente


CARLINHOS ASSPA
Membro